

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. Ancestralidade africana na gramática formal de ensino: reflexões sobre a influência do aumento da língua kikongo no português falado no recôncavo e baixo-sul da Bahia. *ReVEL*, v. 19, n. 37, 2021. [www.revel.inf.br].

ANCESTRALIDADE AFRICANA NA GRAMÁTICA FORMAL DE ENSINO: REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO AUMENTO DA LÍNGUA KIKONGO NO PORTUGUÊS FALADO NO RECÔNCAVO E BAIXO-SUL DA BAHIA¹

African Ancestry in the Formal Grammar of Teaching: Reflections on the Influence of the Augment of the Kikongo Language on the Portuguese Spoken in the Recôncavo and Baixo-South of Bahia

Mille Caroline Rodrigues Fernandes²

millecaroline@hotmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar de que maneira o Pré-prefixo da Língua Kikongo, também conhecido pelos estudiosos das Línguas Bantu como “Aumento”, atravessou o Oceano Atlântico passando a exercer a função de Vocativo na Língua Portuguesa, um marcador na fala dos Kilombolas dos territórios de identidade do Recôncavo e Baixo-sul da Bahia. Em seguida, ao pensar sobre o caráter pluricêntrico e pluricultural da Língua Portuguesa, apresento algumas reflexões sobre a importância da formação docente decolonial em Língua Portuguesa como estratégia de descolonização da educação, pois é de suma importância compreender as especificidades e as influências da ancestralidade de origem Kongo-Angola presentes na gramática formal de ensino como estratégia desobediente e transgressora de educação antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: língua Bantu-Kongo; aumento/vocativo; formação docente decolonial.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze how the Pre-prefix of the Kikongo Language, also known by scholars of the Bantu Languages as “Aumento”, crossed the Atlantic Ocean, taking on the role of Vocative in the Portuguese Language, a marker in Kilombola speech of the identity territories of the Recôncavo and Baixo-South of Bahia. Then, when thinking about the pluricentric and pluricultural

¹Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PDSE).

² Doutora em Educação e Contemporaneidade – Universidade do Estado da Bahia (PPGEduc/UNEB); Professora de História da África Secretaria Municipal de Educação de Nazaré/Bahia. Professora Colaboradora no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED/Luanda).

character of the Portuguese Language, I present some reflections on the importance of decolonial teacher training in Portuguese as a strategy for the decolonization of education, as it is extremely important to understand the specificities and influences of the ancestry of origin Kongo-Angola present in the formal grammar of teaching as a disobedient and transgressive strategy of anti-racist education.

KEYWORDS: Bantu-Kongo language; augment/vocative; decolonial teacher training.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um desdobramento da pesquisa de Doutorado desenvolvida entre os anos de 2018 a 2020, nas províncias de Cabinda, Zaire, Uige, Bengo, Luanda, Malanje, Kwanza Norte e Kwanza Sul, as quais compunham os antigos Reinos *Kongo*, *Ndongo* e *Matamba*, com o intuito de compreender como o levantamento sócio-histórico, antropológico, linguístico e demográfico, em Angola, sobre os povos de origem Kongo/Ngola poderia contribuir para descolonizar o currículo oficial de ensino em relação à história e à cultura da população negra no território de identidade do Recôncavo e Baixo-sul da Bahia³.

A preocupação em descolonizar o currículo advém desde as experiências vividas e análises desenvolvidas no kilombo⁴ de Boitaraca, localizado no município de Nilo Peçanha/Bahia, durante a graduação em Pedagogia e, sigo com algumas ampliações desta discussão para o Mestrado, quando busquei compreender as formas de discriminações raciais, xingamentos, apedrejamentos, perseguições entre outras formas de preconceitos enfrentados por jovens kilombolas ao saírem dos kilombos para estudar na cidade. Destaco que devido à transição entre a saída das escolas dos kilombos para a escola da cidade, com a pressão gerada pelas perseguições e xingamentos, muitos/as jovens kilombolas muitas vezes abandonam a escola, mudando-se para Salvador, capital do Estado da Bahia, em busca de trabalho (Fernandes, 2013). E aqueles/as que permanecem, seguindo para a escola da cidade, enfrentam discriminações por serem negros/as e oriundos/as dos Kilombos, além de

³ O Estado da Bahia possui 417 (quatrocentos e dezessete) municípios, os quais são organizados por territórios de identidade, contabilizando 27 (vinte e sete) territórios. Mais detalhes no site da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 02 jul. 2021.

⁴ A opção em utilizar a letra “k” para a grafia da palavra *Kilombo* e/ou *kilombola* é para enfatizar a origem deste termo que é bantu. E na grafia das línguas do grupo *bantu* não existe palavras que comecem com “qui”.

inúmeros preconceitos, inclusive linguístico, por terem sua ancestralidade africana mantida no tecido da língua.

As reflexões elaboradas desde a graduação e mestrado se alargaram, levando-me a atravessar o Atlântico e retomar discussões históricas no doutorado sobre a constituição do território que hoje chamamos Angola e como essa história, memória e ancestralidade se constituem e se inscrevem nos corpos diaspóricos negros, kilombolas e não-kilombolas do Recôncavo e do Baixo-sul da Bahia. Como também os estudos sobre educação antirracista têm contribuído significativamente para pensar a desconstrução do currículo de base neocolonial, nos materiais didático-pedagógicos utilizados com os/as alunos/as kilombolas e não-kilombolas, assim como na importância de uma formação continuada para os professores e professoras, que amplie a discussão sobre a influência da cultura negra de origem Kongo/Ngola e a inclusão desse conhecimento no currículo escolar de forma interdisciplinar. No entanto, importa dizer que pensar sobre o caráter pluricêntrico⁵ da Língua Portuguesa não significa apenas abarcar o seu processo de deslocamento, expansão e variedades, mas perceber que, como língua pluricêntrica, a Língua Portuguesa também é pluricultural, pois recebeu influências das diversas etnias africanas sequestradas para o Brasil. O português que falamos é um português africanizado (Castro, 2005), o que Gonzáles (1983) desafiou a chamar de “pretoquês” e, neste caso em específico da escrita, trato da influência da língua do grupo bantu, na tentativa de reconfigurar as práticas pedagógicas e de valorizar a diversidade cultural que a compõe (IILP, 2004: 11-15).

Para este artigo discuto de que maneira o Pré-prefixo da Língua Kikongo, também conhecido pelos estudiosos das Línguas Bantu como “Aumento”, atravessou o Oceano Atlântico, passando a exercer a função de Vocativo na Língua Portuguesa, um marcador na fala da população do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia, Kilombola e não-kilombola e, de modo mais particular, apresento algumas reflexões sobre a

⁵ O caráter pluricêntrico da Língua Portuguesa distingue-se por apresentar mais de um centro de referência, de onde surgem diferentes normas linguísticas, nem sempre coincidentes do ponto de vista de seus usos. Essas normas variam internamente, porque apresentam diferenças dentro de uma mesma variedade de uso, e também variam externamente, como é o caso de normas que diferem entre países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, substituindo o português bicêntrico, com uma língua nacional de dois países (Portugal e Brasil), para uma língua pluricêntrica, a qual engloba, internacionalmente, boa parte das grandes línguas compartilhadas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Oliveira, 2016: 13).

importância da formação docente decolonial em Língua Portuguesa como estratégia de descolonização da educação (Fanon, 1968; 1980; 2008; 2020); (Walsh, 2013; 2017). Um movimento de salvaguardar a identidade dos/as jovens negros/as, kilombolas e não-kilombolas e de minimizar os danos causados pelo racismo.

Em seguida, para uma melhor compreensão sobre o que é o Aumento da língua Kikongo e sua localização no falar da população dos dois territórios de identidade explico em que tronco linguístico se encontra a língua Bantu⁶; abordo de que maneira, em Angola, se constituem os grupos etnolinguísticos e suas classificações (Greenberg, 2010); apresento como os falantes bantu influenciaram na pluriculturalidade do português falado na Bahia, em específico, como o Pré-prefixo da língua Kikongo está presente na interlocução dos falantes dentro e fora dos kilombos no território de identidade do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia (Castro, 2016); (Lucchesi; Baxter; Ribeiro, 2009); por fim, apresento reflexões sobre o pensamento decolonial e de como este pode contribuir para uma formação docente crítica capaz de valorizar a história, cultura e memória de ancestralidade Kongo-Ngola da Bahia.

1. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA LÍNGUA DO GRUPO BANTU E SUA DIVISÃO SÓCIO-ETNOLINGUÍSTICA EM ANGOLA

Os estudiosos das línguas africanas, desde o século XVII, vêm estudando e buscando reunir o máximo de elementos para classificá-las. Constituíram gramáticas, dicionários, elencaram palavras que tinham semelhanças e prováveis parentescos (Greenberg, 2010). Contudo, somente no ano de 1963, a partir de diversas pesquisas desenvolvidas pelos linguistas, com destaque para Wilhem Bleek⁷, Westermann⁸, Carl Meinhof⁹, Güthrie¹⁰ e Achille Meeussen¹¹, que Joseph Greenberg consegue “[...]”

⁶ Neste subtópico o uso do termo bantu será feita numa abordagem linguística.

⁷ Considerado fundador da linguística bantuística, por ter sido o primeiro a definir de forma geral “o termo ‘bantu’, estendendo sua aplicação à maior parte da África Ocidental até o 13º grau de latitude norte, do Senegal ao Nilo superior”. (Bleek, 1862-1869 *apud* Greenberg, 2010: 321).

⁸ Suas pesquisas apresentam o parentesco do bantu com o sudanês ocidental, tornando o bantu um “subgrupo benue-congo (“semibantu”) do sudanês ocidental”. (Greenberg, 2010: 326).

⁹ Desenvolveu estudos comparativos sobre as línguas bantu, com base no trabalho pioneiro de Bleek. Sua classificação linguística foi padrão por muitos anos, mas depois foi substituída pelas propostas de Joseph Greenberg (1963). (Greenberg, 2010).

¹⁰ Desenvolveu um modelo de classificação tipológica-geográfica para as línguas bantu, organizando-as em 16 zonas com traços linguísticos comuns (Fernandes; Ntongo, 2002); (Castro, 2014).

¹¹ Suas pesquisas contribuíram para o entendimento dos tons das línguas bantu.

estabelecer uma classificação realmente válida das mais de duas mil línguas locais faladas na África, o que representa aproximadamente um terço das línguas do mundo” (Grimes, 1968 *apud* Castro, 2014: 28). De acordo com Greenberg (2010: 318),

A importância das classificações realizadas [...] reside principalmente no fato de refletirem a história real da diferenciação étnica dentro do domínio da língua. Além disso, formam a base necessária à aplicação dos métodos da linguística comparativa¹², que permite reconstruir grande parte da história linguística de vários grupos. Por fim, esse conhecimento da história linguística fornece a base necessária para inferências acerca da história cultural não-linguística dos grupos em questão.

Ao estabelecer a classificação das línguas locais faladas no continente africano, Greenberg (2010) as distribuiu em quatro grandes troncos ou também chamadas Famílias linguísticas: Níger-congo, Nilo-saariano, Afro-asiático e Khoisan. Essa divisão das línguas em grandes troncos, têm como base uma classificação genética. Uma estratégia que possibilitou um estudo ancestral das línguas africanas e sua evolução no decorrer do tempo.

Vejamos no quadro 1, a distribuição das grandes famílias linguísticas africanas e os países correspondentes a seguir:

¹² “Parte da linguística que utiliza a técnica de comparação de diferentes línguas para se chegar a uma conclusão” (Fernandes; Ntondo, 2002: 67).

Troncos Linguísticos	
Níger-congo	Línguas subsaarianas faladas por um numeroso grupo que ocupa um vasto território que se estende do sul do Saara ao cone sul-africano, indo do Atlântico ao Pacífico. Abrange duas famílias linguísticas: a primeira, Níger-congo (subdividindo-se em seis grandes grupos: Atlântico do oeste; Mande; Voltaico ou Gur; Kwa; Benue-congo; Adamawa leste ou ubangui), corresponde aos seguintes países: Senegal, Golfo do Benin, Nigéria, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Burkina Fasso, Níger, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Camarões, Gabão, República Centro-Africana, Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa, Angola, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Malauí, Togo, Chade, Quênia, Moçambique, Zimbábue, Namíbia, Botsuana, Suazilândia e África do Sul; a segunda, Kordofan , compreende um grupo pequeno de línguas pouco conhecidas faladas na República do Sudão.
Nilo-saariano	Famílias de línguas que se encontram ao redor do rio Nilo e ao sul do Saara, correspondendo aos seguintes países: Etiópia, sul do Sudão, Tanzânia, Dafur, Chade, Uganda, Quênia, República Centro-Africana.
Afro-asiático	Denominada também como afrosan, inclui as línguas da África do Norte, compreendendo seis grupos linguísticos: Semítico (língua oficial da Etiópia); Cuxítico (falado na Somália, Etiópia e Quênia); Chádico (a língua hauçá utilizada como língua franca de comércio no noroeste da Nigéria); Berbere (norte da África e regiões desérticas, falada pelos nômades de origem camita); Egípciano (território do Rio Nilo); Omótico e “ari-banna” (Sudão e sudeste da Etiópia).
Khoisan	Línguas pré-bantu dos povos khoi-khoi e Vakankala ou San, falada na África do Sul, Botswana, Namíbia, Zâmbia, Tanzânia, Zimbábue e um pequeno grupo que vive em Angola.

Quadro 1: Classificação Genealógica de Greenberg (1963)

Fonte: Elaborado por Mille Fernandes com base em Greenberg (2010: 327-336 e Castro (2014: 28-34).

A partir do exposto no quadro 1, conseguimos perceber que, além de apresentar um continente africano pluriétnico, pluricultural e plurilíngue (Mingas, 2007), a classificação desenvolvida por Greenberg em 1963, possibilitou uma compreensão de que as línguas que compõem o grupo bantu pertencem à grande família Níger-congo ou também conhecida como Nígero-congolesa, do subgrupo Benue-congo (Greenberg, 2010); (Noten, 2010); (Fernandes; Ntongo, 2002); (Castro, 2014), como também, a partir da sua pesquisa, o termo bantu adquiriu uma conotação histórica, antropológica e arqueológica, contribuindo para que estas outras áreas da ciência ajustassem suas descobertas sobre a expansão dos Bantu e a formação de suas sociedades (Noten, 2010). Assim, Greenberg além de dar seguimento a teoria iniciada por Westermann sobre o parentesco das línguas do

grupo bantu com as línguas *sudanesas ocidentais* ou chamadas atualmente como línguas “oesteafricanas” (Noten, 2010; Castro, 2014), compreende também o movimento de expansão tanto territorial quanto linguístico do povo bantu, afirmando sua origem a partir do vale central do rio Benue, a norte dos Camarões e sul da Nigéria.

O estudo pormenorizado da classificação genealógica realizada por Greenberg (1963), assim como a classificação tipológica-geográfica elaborada por Güthrie (1948), anterior aos estudos de Greenberg, contribuiu para a compreensão sobre o movimento de expansão do povo bantu. Embora os estudos de Güthrie neguem o parentesco das línguas do grupo bantu com as línguas oesteafricanas, seu trabalho sobre a classificação tipológica, identificou 78 (setenta e oito) grupos, com um conjunto de aproximadamente 600 (seiscentas) línguas com falares regionais, traços linguísticos comuns, que estão próximas geograficamente (Noten, 2010); (Castro, 2014). Organizadas em 16 (dezesesseis) Zonas geolinguísticas, estas línguas do grupo bantu são representadas por letras do alfabeto (A, B, C, D, E...), números (1, 2, 3, 4, 5...) (Noten, 2010); (Castro, 2014) e subdivididas em dezenas (A10, B20, C30, D40, E50...) (Maho, 2009; 2010). Segue abaixo, na figura 1, o mapa para uma melhor compreensão:

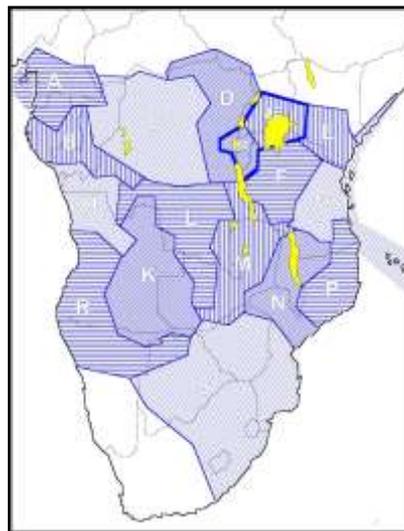


Figura 1: Zonas linguísticas de Güthrie (1948)

Fonte: Maho (2010). Disponível em: https://moam.info/user-guide-to-eball-gotoglobalnetnet_5a3735ce1723dd477cff72a1.html. Acesso em: 20 junho 2021.

As línguas do grupo bantu formam uma unidade genealógica e linguística e, de forma geral, mesmo divididas por zonas, como podemos observar o mapa da figura 1 acima, partilham de vários traços comuns que as caracterizam de maneira específica, permitindo distingui-las umas das outras (Fernandes; Ntondo, 2002).

No caso de Angola, segundo o trabalho a nível microlinguístico de classificação desenvolvido por Güthrie (1948), o país está dividido em três grandes zonas linguísticas, apresentando traços comuns, que se interligam e podem ser percebidos através das variantes¹³. Necessário ressaltar que a Divisão sócio-etnolinguística no Território de Angola, apresentada no quadro 2 a seguir, é proveniente do movimento de expansão dos grupos Bantu desde o vale central do Rio Benué, “[...] nos planaltos da Nigéria e da República dos Camarões” (Noten, 2010: 691), suas sucessivas migrações, até alcançar o território angolano, provavelmente entre os séculos XIII e XIX (Fernandes; Ntondo, 2002).

Zona	Grupo	Língua	Países
H	16	Kikongo	Congo-Kinshasa e Noroeste de Angola
H	20	Kimbundu (*H 21a (Kimbundu/N'gola) (*H21b (Mbamba/Njinga)	Centrooeste de Angola
K	10	Cokwe ou Tchokwe	Congo-Kinshasa, Zâmbia e Leste de Angola
K	12b	Ngangela	Nordeste de Angola
R	11	Umbundo	Centro, Sul e Sudoeste de Angola

Quadro 2: Classificação das Línguas Bantu de Angola por Zonas

Fonte: Elaborado por Mille Fernandes com base em Maho (2009), Fernandes e Ntondo (2002: 91) e Castro (2014: 35-36).

O processo migratório dos bantu foi uma ação de intensa conquista e tem na constituição dos Reinos, Estados e Impérios o marco de fixação destes povos no território angolano antes da chegada dos portugueses. Deste modo, sendo resultado da constituição destes vários reinos e da pluralidade dos diversos povos de origem

¹³ Mesmo que a língua do grupo bantu tenha uma unidade, toda e qualquer língua pode ser marcada pelo fenômeno da transculturalidade. Portanto, trata-se de um fenômeno em que as línguas nacionais de Angola, em seus espaços geográficos, apresentam formas linguísticas que se diferenciam do falar nuclear, no que diz respeito aos fatores fonéticos, morfológicos, lexicológico entre outros, sem interferir na compreensão entre os locutores. (Fernandes; Ntondo, 2002).

pré-bantu, bantu e os descendentes de portugueses, devido ao processo de colonização (Fernandes; Ntondo, 2002); (Castro, 2014), em sua atual configuração, sub-repartida em 18 províncias, o território Nacional de Angola, demograficamente, constituem a grande maioria do povo angolano (Fernandes; Ntondo, 2002) e, mesmo formando um grupo homogêneo (Castro, 2014), possuem traços próprios como costumes, características fisionômicas, modo de vida, assim como possui uma diversidade linguística, que está subdividida em nove famílias: “[...] o umbundu, o kimbundu, o cokwe, o kikongo (variantes), o helelo, o oxindonga, o oxiwambo, o ngangela e o nhaneka” (Mingas, 2007: 32). Ainda que Angola seja formada por 18 províncias, as fronteiras geográficas nacionais e internacionais não respeitaram/respeitam as fronteiras linguísticas, isto porque muitas destas línguas só estão divididas político-geograficamente, devido as fronteiras geográficas não naturais, criadas e ratificadas pela Conferência de Berlim (1884-1885) para responder aos interesses exploratórios dos colonizadores (Mingas, 2007), mas continuam sendo iguais em todos os aspectos linguísticos sejam eles morfofonológicos, sintáticos, semânticos, pragmáticos, o que nos leva a compreender que “[...] as fronteiras políticas cortaram as fronteiras linguísticas” (Castro, 2014: 37), mas a unidade da língua permanece.

Outro fator importante sobre Angola é que ainda subdividida em nove famílias, apresentando uma diversidade etnolinguística “[...] a língua portuguesa goza de um estatuto especial na ex-colônia, na medida em que é a única língua oficial do país” (Mingas, 2007: 93). O português é usado como língua franca nas áreas urbanas, e o seu grau de domínio não é alcançado por toda a população, especialmente a população localizada nas áreas rurais (Castro, 2014; Fernandes; Ntondo, 2002). Todavia, é importante destacar que o português falado em Angola possui marcas próprias que o caracteriza como “português de Angola” ou “português angolano” (Mingas, 2007), sem pidgins¹⁴ ou crioulizações¹⁵, no entanto, carregado de

¹⁴ Criada em consequência das rotas comerciais costeiras, é uma língua simplificada, usada por falantes de origens e línguas diferentes, a partir do contato com uma língua dominante. O pidgin apresenta um vocabulário geralmente pequeno, caracterizado pela simplificação fonética e gramatical. (Mingas, 2007); (Castro, 2014).

¹⁵ Línguas derivadas de um pidgin, apresenta uma variedade autônoma da fala, com um vocabulário e uma gramática mais elaborados, tornando-se primeira língua para uma geração de falantes (Mingas, 2007); (Castro, 2014). Dos países africanos colonizados por Portugal falantes das línguas crioulas estão: Cabo Verde (duas variantes crioulas: o das ilhas Barlavento e o das ilhas Sotavento); São Tomé e Príncipe (quatro variantes crioulas: Forro, Angolar, Tonga e o Monco). Em Príncipe, especificamente,

resistência, com variantes cuja estrutura é de influência das línguas do grupo bantu e de suas respectivas zonas: H, K e R. Assim como o português falado aqui no Brasil, que é carregado com as marcas da resistência das línguas negro-africanas e das línguas das diversas etnias indígenas (Castro, 2014); (Mingas, 2007).

1.1 ORGANIZAÇÃO GRAMATICAL DAS LÍNGUAS DO GRUPO BANTU E A MORFOFONOLOGIA DA LÍNGUA KIKONGO

As pesquisas sobre o sistema de classificação tradicional estabelecido por Bleek, em 1860, os estudos fonéticos comparados das línguas bantu realizados por Meinhof, em 1899 (Fernandes; Ntongo, 2002), os critérios tipológicos, a nível microlinguístico de Güthrie, em 1948, bem como a abordagem sob uma perspectiva macroscópica das línguas do grupo bantu desenvolvida por Greenberg, em 1963, foram retomados, ampliados e desenvolvidos pelo linguista Meeussen, em 1959-1965 (Bonen; Bastin, 2016); (Posnanky, 2010).

O sistema fundado por Meeussen (1967) repartia e agrupava os nomes em classes na base de emparelhamento diferenciado por pares de prefixos, informando o singular e o plural (Fernando, 2008). É este emparelhamento que determina o número atribuído a cada classe, sendo que os números ímpares se referem às classes que correspondem ao singular, e os números pares às classes que correspondem ao plural, seguindo o número da classe singular à qual pertence (Diarra, 1990; Fernandes, 2020). Esse sistema de classes das línguas bantu levou em conta os critérios de prefixos e de cognatos “[...] que se ordenam em pares para exprimir a oposição singular e plural dos nomes, o aumentativo, o diminutivo, o infinitivo dos verbos, o locativo, permitindo ainda delimitar o sentido desse mesmo nome” (Castro, 2014: 26).

Meeussen (1967) divide o sistema de classes em três categorias: Prefixo Nominal (PN), que tem a função de marcar o substantivo, o locativo e o adjetivo; Prefixo Pronominal (PP), marca o conectivo, o possessivo, o determinativo, o substantivo, o demonstrativo, o numeral; Prefixo Verbal (PV) marca todas as formas verbais (Diarra, 1990). Para uma melhor compreensão sobre estas três categorias

fala-se o Monco e há a influência também do crioulo das ilhas Barlavento; Guiné Bissau (duas variantes: Bissau e Cacheu). Ressalto que tanto o crioulo quanto o pidgin são, segundo Castro (2014), “[...] formas de resistência e preservação da memória cultural” (Castro, 2014: 42).

desenvolvidas por Meeussen, segue abaixo o quadro 3 com as classes organizadas a partir destes marcadores. Ressalto que o meu interesse aqui é apresentar como se constitui o Aumento na língua kikongo, o qual, na estrutura gramatical, pertence aos estudos de Morfologia. Portanto, como vou abordar somente os elementos que levam ao entendimento do que é o Aumento, realizei uma readaptação no quadro 3, unindo os sistemas de classes desenvolvidos por Meinhof (1899) e Meeussen (1967) para exemplificar o funcionamento da estrutura gramatical das línguas do grupo bantu, a construção das palavras a partir de um radical e sua formação em singular e plural, lembrando que no sistema organizado por Meeussen (1967), em seu quadro de afixos de concordância, a parte Verbal está organizada em Prefixos, Infixos e Sufixos.

Classes	Prefixo Nominal	Prefixo Pronominal	Verbal	Domínio Semântico	Exemplos	Tradução
1 ^a	MU-, `N-	U-	U-, O-KE-, E-	Seres humanos	<i>Muntu wambote</i>	Boa pessoa
2 ^a	A-, BA-, WA-	A-, BA-	BA-, BE-	Plural da 1 ^a C	<i>Antu ambote</i>	Boas pessoas
3 ^a	MU-, `N	U-	U-	Objeto e comida	<i>Munse wazenza</i>	Cana-de-açúcar doce
4 ^a	MI-, `N	MI-	MI-	Plural da 3 ^a C	<i>Minse myazenza</i>	Canas-de-açúcares doces
5 ^a	DI- Ø-	DI-	DI-	Fruta/Parentesco	<i>Dinkondo dyanse</i>	Banana verde
6 ^a	MA-	MA-	MA-, ME-	Líquido/Plural da 5 ^a C	<i>Mankondo manse</i>	Bananas verdes
7 ^a	KI- Ø-	KI-	KI-	Coisas/Lugares	<i>Kinkutu kyambi</i>	Camisa feia
8 ^a	Yi-, BI-, Ø-	YI-, BI-	I-	Plural da 7 ^a C	<i>Yinkutu yambi</i>	Camisas feias
9 ^a	N-	I-	I-	Animais/Coisas	<i>Nzo yambote</i>	Casa bonita
10 ^a	(zi) N-	Z-	ZI-	Resumo/Plural da 9 ^a C	<i>(zi) Nzo zambote</i>	Casas bonitas
11 ^a	LU-	LU-	LU-	Lugar (Aumentativo)	<i>Lumpangu lwanene</i>	Quintal grande
13 ^a	TU-	TU-	TU	Plural da 11 ^a C	<i>Tumpangu twanene</i>	Quintais grandes
14 ^a	U-	U-	U-	Substantivos Abstratos	<i>Wiki wambote</i>	Bom mel
15 ^a	KU-	KU-	KU-	Verbo Nominal	<i>Kuulu kwanene</i>	Perna grande
16 ^a	VA-	VA-	VA-	Locativo (superfície)	<i>Vatadi</i>	Sobre a pedra
17 ^a	KU-	KU-	KU-	Locativo (movimento)	<i>Kuvata; kuzandu</i>	A sanzala; No mercado
18 ^a	MU-	MU-	MU-	Locativo (dentro)	<i>Munzo; Musuku</i>	Em casa; No quarto

19 ^a	FI-, BI-	FI-, BI-	FI	Diminutivo	<i>Fimwana; bimwana; fyoti</i>	Criancinha, filhinho(a), pequeno
-----------------	----------	----------	----	------------	--------------------------------	----------------------------------

Quadro 3: Prefixos Substantivos da Língua Kikongo

Fonte: Elaborado por Mille Fernandes com base em Kyala (2013, p. 30), Fernandes e Ntongo (2002, p. 71), Fernando (2008, p. 13) e Castro (2005, p. 32-33).

As línguas do grupo bantu, assim como qualquer língua, se organizam como um sistema de signos, em que a sua unidade se concentra no signo linguístico. Este signo é constituído pelo significante e pelo significado, elementos que possuem uma correspondência que os interliga por um vínculo de associação. Nessa correspondência e vínculos de associação os signos linguísticos formam dois tipos fundamentais de relações: as sintagmáticas, que dependem da linearidade do significante do signo linguístico; e as relações paradigmáticas, que compõem um conjunto de elementos linguísticos, tendo por base um complexo mundo de associações, as quais se estabelecem fora do encadeamento linear (Bally; Sechehaye, 2006). As relações sintagmáticas e paradigmáticas nas línguas do grupo bantu ultrapassam as fronteiras da estrutura lexical ou gramatical do signo, abarcando também a estrutura morfofonológica. Ao sintagma cabe o papel de estabelecer os elementos que conduzem a cadeia falada e ao paradigma cabe obedecer a um padrão rígido de combinação.

Este padrão rígido e complexo se caracteriza por um sistema de concordância baseado em classes nominais nas quais cada substantivo se situa dentro de uma categoria, juntamente com os outros substantivos, que compartilham o mesmo classificador, que é um prefixo nominal. Obedecendo à estrutura da sua raiz, as classes organizam-se aos pares para designar o singular e o plural (Fernandes; Ntongo, 2002). Estes prefixos nominais se repetem no decorrer de toda a frase mantendo a concordância com as outras palavras relacionadas a eles (Kyala, 2013). Sendo assim, para compreendermos a classe a que pertence um substantivo é necessário considerar os seus acompanhantes como o prefixo nominal, os infixos e todos os prefixos já citados por meio dos quais os adjetivos, os pronomes e os verbos estarão sempre em acordo (Fernandes; Ntongo, 2002; Kyala, 2013).

Nesta conjuntura, o eixo vertical paradigmático da língua bantu, permite distinguir os elementos de acordo com o tipo de unidades aos quais eles se associam

Prefixo Nominal (PN) versus Prefixo Pronominal (PP); e no eixo horizontal sintagmático, cada fileira apresenta os elementos de acordo com a sua relação na frase e, particularmente, com seus acordos sintáticos, por exemplo, a palavra “muntu” (pessoa) pertence à 1ª classe (mu-) e designa o singular, estando na 2ª classe (ba-, a-, wa-), as quais designam o prefixo plural, e que se antepõem ao radical “NTU”, ficando, dessa forma: “muntu”, a junção do “mu” com o “ntu” (singular) e bantu, a junção do “ba” com o “ntu”, ou do “a” com o “ntu” ou também, do “wa” com o “ntu” (plural)¹⁶ (Kyala, 2013); (Castro, 2005); (Fernandes, 2020).

Percebemos até aqui que a denominação do termo bantu proposto por Bleek, em 1860, se caracteriza por um sistema de classe comum de concordância, tendo como base os prefixos nominais (Fernandes; Ntondo, 2002). Essas classes são referidas por números, reúnem substantivos e verbos, locativos que indicam direção, superfície e interioridade (Fernandes; Ntondo, 2002); (Fernando, 2008). Ressalto que os prefixos determinam o acordo verbal, modificam e quantificam a concordância. É importante que o prefixo do acordo esteja presente, caso contrário, a frase será considerada mal formulada (Fernando, 2008). Por exemplo: “Muntu wambote” (Boa pessoa), o adjetivo “mbote” que qualifica o substantivo “muntu”, concorda sempre com o prefixo concordante “u”. Ou também, na frase “Antu ambote”/“bantu bambote” (Boas pessoas), o prefixo concordante “a” ou “ba” determina os “antu” ou “bantu”. Esse fenômeno é chamado como partícula genitiva, é um complemento determinativo da frase (Diarra, 1990); (Kyala, 2013). Destaco que a depender do contexto a partícula genitiva pode indicar característica, qualidade, cor, posse, origem, no entanto estará sempre de acordo com o singular e o plural dos prefixos concordantes (Kyala, 2013).

Exemplos da partícula genitiva correlacionada ao prefixo concordante na língua kikongo pode ser compreendido a partir dos enunciados como: “os Bakongo”, “os Ambundu”, “os Bayaka”, aqui novamente aplicamos a regra “ba” ou “a”, que está na 2ª classe e representa o plural, não havendo a necessidade de acrescentar o “s” no final da palavra Bakongo (Ba + Kongo= povos Kongo), da palavra Ambundu (A + Mbundu) ou da palavra Bayaka (Ba + Yaka). E, caso eu escreva “os povos Bakongo”, “os povos Ambundu” ou “os povos Bayaka”, na estrutura da língua bantu, torno-me

¹⁶ Ver **Quadro 3**: Prefixos Substantivos da Língua Kikongo.

redundante, por repetir “povos” duas vezes. O correto seria escrever somente “os Bakongo”, “os Ambundu” “os Bayaka”, porque a palavra “povos” já está implícita no prefixo “Ba” e no “A”.

Esta partícula genitiva da linguística bantu pode ser percebida nas comunidades Kilombolas ou em áreas que se percebe uma grande presença da população negra nos territórios de identidade do Recôncavo e do Baixo-Sul da Bahia, quando a população que, em sua maioria, não teve muito acesso ao processo de escolarização utiliza o emprego das palavras no plural, seguindo a estrutura prefixal da 1ª e 2ª classe das línguas bantu, a exemplo: “as mesa”, “os boneco”, “as casa”, ou seja, distinguindo o plural dos substantivos somente pelos artigos (CASTRO, 2005, 2016).

A partir daqui, toda a explicação sobre a língua bantu e posterior compreensão sobre o Aumento, terá como referência o sintagma da Língua Kikongo numa visão geral, sem caracterizar nenhuma variante, todavia, vou destacar e diferenciar o *tom* do Aumento da província do Zaire e do Uige. Esta postura é necessária para identificar a influência linguística dos Bakongo de Angola, nos territórios de identidade do Recôncavo e do Baixo-Sul da Bahia. Importante salientar também que, toda a discussão e análise que está sendo feita aqui, é a partir da linguística bantu e, neste caso, quando me referir a tom melódico, sonoridade, harmonia tomarei como base o *pitch (tom)* que é uma propriedade perceptual de sons que permite sua ordenação em uma escala relacionada à frequência. Ou seja, a partir do *pitch* é possível julgar os sons da língua do grupo bantu como “mais altos” e/ou “mais baixos” no sentido associado ao musical (Meeussen, 1967); (Ngunga; Simbine, 2012).

Desta maneira, as línguas do grupo bantu, em sua grande maioria, são tonais, articulando-se em dois tons de base simples chamados tom alto e tom baixo. “[...] O tom alto é grafado com um acento agudo [´], o tom baixo com um acento grave [˘]” (Fernandes; Ntongo, 2002: 84). Para representar tons complexos, usa-se os sinais: ascendente [v] e o descendente [^], que aparecem nas línguas que predominam as vogais longas, a exemplo do próprio Kikongo (Fernandes; Ntongo, 2002); (INL, 1977); (Castro, 2005). Não podemos esquecer que todas as línguas verbais usam o tom para expressar informações, emoções, transmitir ênfase, contraste e/ou outras características, elementos que são denominamos de entonação. Como também, a maioria das línguas usa o tom como entonação para transmitir prosódia, todavia isso

não as torna línguas tonais. Em línguas tonais, cada sílaba tem um contorno de altura inerente e, portanto, conjuntos mínimos e maiores, existem entre sílabas com as mesmas características segmentais que podem ser consoantes e vogais, mas com tons diferentes. Vale ressaltar, que o tom discutido nesta escrita nada tem a ver com prosódia, mas sim com o uso do tom na linguagem para distinguir o significado do tom lexical e do tom gramatical. O tom lexical ocorre quando duas palavras com sentidos diferentes se distinguem a nível suprasegmental, muito embora sejam iguais a nível segmental. Já o tom gramatical apresenta aspectos gramaticais da língua que podem exprimir tempo e modos verbais, presença ou ausência de objeto na forma verbal e negação (Kyara, 2013); (Ngunga; Simbine, 2012).

O tom nas línguas bantu é de extrema importância, pois distingue uma língua da outra. Na base fonética, sua variação na entonação da voz é capaz de diferenciar vocábulos, fazendo com que se distingam as variantes da língua e seus locais de origem. O tom a que me refiro também “[...] não deve ser confundido com o acento gráfico que, nas sílabas, serve para marcar a altura (que as torna, relativamente, superiores às outras)” (Fernandes; Ntondo, 2002: 84). A sonoridade das línguas bantu é o que as caracterizam e, em todas elas, o tom é perceptível a partir da presença das vogais.

O kikongo, tal como o português, possui 5 vogais, porém, no sistema fonológico¹⁷ comporta 10 vogais. Uma vogal breve (a, e, i, o, u), que corresponde a uma longa (aa, ee, ii, oo, uu) (Kyala, 2013). As vogais longas apresentam uma diferença de duração e de tom ao serem pronunciadas, sendo perceptível ao ouvido (Fernandes; Ntondo, 2002); (Castro, 2005). Estes “[...] dois tipos de vogal sustentam a diferença de significação entre duas palavras formalmente idênticas” (Fernandes; Ntondo, 2002: 86). Por exemplo, “nkaka” (animal) – “nkaaka” (avó/avô); “yala” (entender) – “yaala” (governar); “dila” (chorar) – “diila” (aproveitar); sola (capinar) – soola (escolher); kula (expulsar) – kuula (libertar) (Kyala, 2013); (Fernandes; Ntondo, 2002).

Diferente da estrutura gramatical do português, nas línguas bantu as vogais não exercem a função de artigo nem para definir o número do substantivo

¹⁷Destaco também as semivogais (y com a pronúncia [ié]; w com a pronúncia [ué]). São empregadas quando as vogais “u” e “i” ou “u” e “e” se apresentam diante de outras vogais. (Fernandes; Ntondo, 2002).

(plural/singular) como já expliquei acima, nem para definir o gênero (masculino/feminino). O gênero com relação a sexo é inexistente nas línguas bantu, pois, quando se quer distinguir dois seres de sexo diferente, faz-se acompanhar com adjetivos. Na língua kikongo, por exemplo, é utilizado o termo “nkento” e “yakala¹⁸”, que em sua tradução literal significa “mulher” e “homem”, respectivamente. O primeiro é utilizado numa frase para designar o feminino e o segundo, para designar o masculino, flexionando sempre o verbo para quem se trata a fala (Kyala, 2013); (Fernandes; Ntondo, 2002).

1.2 A LÍNGUA COMO RESISTÊNCIA CULTURAL: O PRÉ-PREFIXO DA LÍNGUA KIKONGO COMO VOCATIVO NA COMUNICAÇÃO DOS POVOS DO RECÔNCAVO E BAIXO-SUL DA BAHIA

Nas línguas do grupo bantu, a presença de uma vogal precedendo sempre o prefixo nominal é denominada como “Pré-prefixo” ou como “Aumento”. O Aumento (Au.) manifesta-se nomeadamente na categoria gramatical dos nominais e dos verbo-nominais (infinitivos) (Blois, 1970: 130), inclusive os nomes próprios, que podem ter a forma de um prefixo nominal zero, obedecendo a numeração de classe convencional (Diarra, 1990).

O Aumento em sua forma tipológica mais atual é representado pelo V (vogal), no entanto, existem algumas línguas, especialmente no Leste e partes centrais da área Bantu, que têm um Aumento da forma de CV (consoante-vogal) em várias classes ou em casos especiais como locativos, adjetivos. Este Aumento CV- é formalmente idêntico aos prefixos pronominais das classes correspondentes, enquanto o V-Aumento é frequentemente idêntico às vogais dos prefixos pronominais (cf. Blois, 1970: 93-94).

Na língua kikongo, o Aumento é um morfema do tipo vocálico, que antecede o prefixo nominal em todas as classes e em muitas situações torna-se facultativo. A sua presença ou ausência não influencia na concordância da frase. Quanto a tonalidade, o Aumento é uma vogal com tom baixo, apresenta uma forma estrutural com três variantes: **o-** (*òse*= pai), **e-** (*èmpángo*= irmão), **a¹⁹-** (*àmávimpi* = saúde) (DIARRA,

¹⁸ Exemplo: “Mono yawidi mo kala” (Já fui informado sobre estes assuntos). (Kyala, Telama), 2013: 33).

¹⁹ Segundo Diarra(1990), a variante “a-” é, geralmente, utilizada por interlocutores na província do Zaire, acima de 70 anos de idade.

1990). A variante **o-** é usada por falantes da província do Zaire, e a variante **e-**, falantes da província do Uige, ambas localizadas no norte de Angola.

O fato de se apresentar em forma de vogal inicial e acompanhar o prefixo nominal e os pronominais na estrutura de uma palavra ou frase, para alguns linguistas, o Aumento poderia exercer a função de um artigo definido ou indefinido, assim como nas línguas europeias (cf. Blois, 1970: 87), mas a estrutura gramatical das línguas bantu de algumas zonas descartam o uso do Aumento como um artigo. Assim, ao perceber as fragilidades e lacunas nas pesquisas já desenvolvidas pelos bantuístas em relação à função do Aumento, Blois (1970), sob a orientação do linguista Meeussen, reúne as gramáticas e todos os estudos desenvolvidos por Bleek (1869), Meinhof (1932), Güthrie (1948), Torrent (1891)²⁰, Gregersen (1967)²¹ e Greenberg (1967), bem como as pesquisas realizadas pelo seu orientador, na tentativa de compreender a função do Aumento e desenvolver uma regra geral para o seu uso. Sua pesquisa sob o título “The Augment in the Bantu languages” apresenta um rigoroso cuidado com os dados coletados, o que contribuiu bastante para a compreensão da função do Aumento como um Vocativo. Dentre os diversos bantuístas citados em seu livro, destaco a seguir as contribuições de Bleek, Meinhof, Güthrie, Meeussen e Greenberg, por serem mais completas.

O emprego do Aumento, na perspectiva de Bleek (1869), depende principalmente do seu uso e dificilmente da intenção de definir o substantivo. O linguista percebe algumas ocorrências do Aumento nas línguas Kongo, SW Bantu, Xhosa e Zulu, destacando que no SW Bantu, o Aumento é tomado como uma partícula demonstrativa usada como um artigo e que originalmente, tinha diferentes formas de acordo com as várias classes de substantivos a que se refere; em Xhosa/Zulu, uma forma mais completa de Aumento foi mantida no predicativo; nas línguas Kongo, Bleek observa que a vogal inicial está ausente, principalmente nos casos em que o emprego de um artigo seria inadmissível, chamando atenção da função do Aumento como vocativo, em certas sentenças negativas (Bleek, 1869 *apud* Blois, 1970: 90-91).

²⁰ Torrend, J. **A comparative grammar of the South African Bantu languages**, 1891. (cf. Blois, 1970: 91)

²¹ Gregersen, E. A. **Prefix and pronoun in Bantu**, 1967. (cf. Blois, 1970: 93)

Na reconstrução do Aumento no Proto-Bantu, Meinhof (1932) explica que a partir dos dados factuais de um número justo de línguas em toda a área Bantu, não era possível rastrear qualquer coisa além do estágio em que o Aumento se apresentava como um elemento da Classe Verbal idêntico ao prefixo pronominal correspondente a classe de substantivo (1^a, 3^a, 4^a, 6^a e 10^a Cl.). Enfatiza a ausência de Aumento como construção nas línguas Herero e Zulu; concorda com a abordagem do linguista Bleek, afirmando existir, em muitas línguas, o Aumento como construção de vocativo. Por fim, Meinhof ressalta que na língua Nyakyusa, o Aumento aparece como construção predicativa (Meinhof, 1932; 1948 *apud* Blois, 1970: 91-92).

Güthrie (1948) destaca a presença do Aumento acompanhando substantivos e locativos nas línguas das várias zonas e grupos em que a área Bantu foi dividida, mas não afirma a função do Aumento como artigo (Güthrie, 1948 *apud* Blois, 1970: 92). A partir da abordagem feita por Güthrie, o linguista Meeussen, diz que o Aumento aparece como uma pré-duplicação parcial de prefixos nominais e pronominais em muitas línguas, parecendo ter sido uma palavra idêntica separada em forma de prefixo pronominal e usado como um demonstrativo fraco, ou melhor, anafórico, em construções não predicativas afirmativas, mas com significado definido (Meeussen, 1967: 99); (Blois, 1970: 93).

Na percepção trazida por Greenberg (1967), com base em seus estudos sobre as línguas da família Níger-Congo, o Aumento é também chamado como pré-prefixo. O autor explica que um substantivo pode usar afixos cognatos em forma dupla, com prefixo e sufixo, bem como, frequentemente, o prefixo e formas de sufixo não são idênticas, sendo que um pode ter uma consoante inicial e a outra palavra pode não ter (Greenberg, 1967 *apud* Blois, 1970: 93).

Os linguistas que vimos acima, bem como o próprio Blois (1970), não afirmam, de modo decisivo, o uso e função do Aumento como um artigo definido ou indefinido. De certa forma, essa não definição do Aumento como artigo é muito interessante para o meu trabalho, pois expande as possibilidades de pensá-lo de diversas formas, inclusive como um vocativo em potencial.

As contribuições de Blois (1970) sobre a função do Aumento nas zonas linguísticas de Angola, mais especificamente na zona (H16), acionam aspectos relevantes para esta discussão, pois os elementos abordados são de extrema importância para que consigamos compreender a influência do Aumento da língua

kikongo na fala dos kilombolas na Bahia. Sobre as zonas linguísticas que compõem Angola, Blois (1970) analisou as formas de uso e função do Aumento em todas as condições gramaticais em que este possa ser empregado. Sua pesquisa sobre as línguas Kwanyama e Ndonga, nas respectivas zonas (R21) e (R22), destaca um tipo de Aumento cuja estrutura silábica VCV- parece ser uma combinação de V- e o CV-Aumento.

Para Blois (1970), o V- inicial é uma adição ao CV- de Aumento original, que provavelmente foi tratado como pertencente ao valor do prefixo nominal em um estágio posterior. Este prefixo é seguido por uma terceira vogal **a-** ou **o-**. Exemplo: língua Kwanyama – “**ǒ**fimbi” (camaleão); língua Ndonga – “**o**ongombe” (vaca). Em relação a língua Ndonga, o autor destaca que há um longo Aumento vocálico em classe 10, que provavelmente é uma variação VCV- (Blois, 1970: 98).

A mesma estrutura silábica do tipo V- ou VCV- foi observada nas zonas Mbundu-N²² (H21), Mbundu-S²³ (R11) e Kongo (H16). Chamo atenção para a zona (H16), em que o Aumento aparece nas vogais e- ou o-, utilizadas, por exemplo, nas palavras “eunvalampanda” (camaleão); “ongombe” (vaca). Seguindo a abordagem dos linguistas Bleek e Meinhof sobre a função do Aumento em determinadas línguas como vocativo, vamos perceber que a presença destas duas vogais acompanhando as palavras exemplificadas acima, se retiradas: “unvalampanda” (camaleão); “ngombe” (vaca), não altera os significados das duas palavras. Vejamos esta estrutura numa frase:

Ex1.: Òmpange wame, nsikamene? (Meu/Minha irmão/ã acordaste bem?)

↓ ↓ ↓ ↓
(Au.) (irmão/ã) (meu/minha) (acordou bem?)

Ex2.: ÈTatalongi, nkolele! (Professor/a, bom dia!)

↓ ↓ ↓
(Au.) (professor/a) (bom dia)

²² Referente aos Ambundu (“A”= plural), povos da região norte de Angola (Bengo, Malanje, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Luanda), falantes do Kimbundu (“Ki” = instrumento de comunicação).

²³ Referente aos Ovimbundu (“Ovi” = plural), povos da região central de Angola (Huambo, Bié, Benguela e Moxico), falantes do Umbundu (“U” = instrumento de comunicação).

No português, o vocativo é um termo sintático autônomo, que serve para nomear um interlocutor ao qual se dirige a palavra. Refiro-me a autônomo, porque não faz parte nem do sujeito, nem do predicado. Sua função na oração é desempenhada por substantivos, pronomes e numerais substantivados (Pasquale; Infante, 2008: 397). Na língua Kikongo, com base nas frases acima, o Aumento desempenha esta função de vocativo. Ao retirarmos a vogal e- ou a vogal o-, o significado da frase permanece. Vejamos os exemplos como vocativo no português, mas lidos com a entonação das vogais longas da Língua kikongo:

Ex³.: Ô meu/minha irmão/ã, acordaste bem?

↓
(Vocativo)

Ex⁴.: Ê Professor/a, bom dia!

↓
(Vocativo)

Notamos que na tradução destas frases é impossível que estas vogais assumam a função de artigo. Blois (1970) destaca também a função do Aumento com substantivos após o verbo predicativo “ser” para as zonas (H16), (H21) e (R11). Na zona (H16), o autor observa a ocorrência de uma construção predicativa de índice quantitativo com a cópula²⁴, a exemplo da frase: “ngeye i mfumu a evata” (você é o chefe da aldeia) (Blois, 1970: 123).

Em relação a zona (H21), o autor informa que o Aumento é descartado somente após o índice copulativo negativo, a exemplo: “iú ki mona uetu ê” (este não é nosso filho) (Blois, 1970: 123). Destaco que até mesmo numa frase afirmativa com o Aumento latente, o Aumento de um substantivo precedido pelo índice associativo é retido, a exemplo da frase: “etu tuala ni tu nzo” (temos casas pequenas) (Blois, 1970: 120).

Na zona (R11), na maioria das linguagens, o Aumento é retido em contração com a vogal final do elemento de ligação. Blois (1970) destaca que as vogais na língua umbundu aparecem sempre como um determinativo. Ou seja, as vogais que para a língua Kikongo e Kimbundu (com algumas exceções), funcionam como Aumento, na

²⁴ É um fenômeno que, na linguística bantu, desempenha a função de unir as partes da frase a partir do verbo “ser”.

língua umbundu o artigo definido “o-”, na formação dos nomes, indica a classe e o número dos substantivos, ou também marcam a concordância entre os substantivos e os seus atributos como verbos, adjetivos, substantivos e advérbios, tomando o lugar dos nomes (Nascimento, 1894). Exemplo: “O-ngombe i-li-pi?” (O boi está onde?); “O-sanji, u-a-i-landa hena, i-afa” (A galinha, que tu compraste ontem, morreu). Significa dizer que o Aumento se mantém latente na língua kikongo em todas as condições gramaticais, seja em orações negativas, interrogativas e afirmativas, o contrário não acontece nas línguas kimbundu e umbundu.

Buscando compreender este fenômeno em que o Aumento se mantém na estrutura negativa de algumas línguas, Blois (1970) se ampara nos estudos realizados por Meeussen (1967) que, ao verificar, em algumas línguas, os tempos negativos no Proto-Bantu, percebe que estas línguas utilizam uma forma verbal negativa, caracterizada pela presença de pré-iniciais negativas como /ká/, /ké-/ e o pós-inicial /kó-/. Com esta regra, Meeussen (1967) explica que a função verbal é um complexo de sinais que caracterizam o radical do verbo (RDV), formado pelo lexema verbal. Esses sinais se intercalam e se enquadram à esquerda e à direita do lexema verbal, e, em algumas línguas, o seu emprego pode ser tanto obrigatório, como facultativo. (Diarra, 1990); (Kyala, 2013).

Meeussen (1967) também destaca dois aspectos importantes. O primeiro, que a função verbal é resultado da cooperação de três elementos necessários: marca de tempo e do aspecto, lexema verbal e extensão (derivativo). Estes três elementos acompanham o lexema verbal, expandindo seu valor semântico inicial; segundo, que o uso de um pré-inicial negativo parece se limitar ao indicativo verbal de tempos absolutos (= não relativos), ao passo que outros tempos apresentam um pós-inicial no infinitivo e subjuntivo (Meeussen, 1967: 114).

A estrutura negativa da língua kikongo é marcada duplamente pelos pré-iniciais /kè-/ ou uma de suas variantes /kì-/ , /kâ-/ , /kù-/ , antes da base verbal, e depois da base verbal, apresenta o morfema /kò/ (Diarra, 1990); (Kyala, 2013). Exemplo: **Ketudya-ko** (Não vamos comer). Quanto ao emprego ou não do Aumento no caso de uma oração negativa, “[...] o Aumento tem nitidamente o valor de um marcador nominal definido [...], [a exemplo da frase]: **Enzò Kimwéné kò** (Não vi a casa)” (Diarra, 1990: 10). No entanto, se a ênfase for necessária, o objeto é colocado antes do verbo negativo, formando e retendo seu Aumento, enquanto o infixado assume

o objeto, a exemplo da frase: “Onlele ame kitekanga ko” (não estou vendendo minha roupa) (Blois, 1970: 125). A forma negativa da língua kimbundu também se forma por meio do morfema /kì-/ ou pelo /kù-/. Todavia, diferente da forma da língua kikongo, a negativa na língua kimbundu ocorre antes do índice do sujeito, sempre em posição inicial. Exemplo: “**Ki**akuate **Ki**ma” (*Não faz mal/ Não importa*) (Maia, 2010); (Kyala, 2013). Quanto ao emprego do Aumento, após o índice copulativo negativo, como já vimos na frase acima: “iú ki mona uetu ê” (este não é nosso filho), o Aumento é descartado (Blois, 1970: 123).

Na língua Umbundu, os substantivos, pronomes, adjetivos tomam a forma negativa por meio dos morfemas /kà-/, /hà-/ como pré-iniciais, e /kò-/, como pós-inicial. A partícula /hà-/ pode ser considerada como uma modificação de /kà-/, em que a letra **k** é substituída pela consoante suave **h**, a exemplo: “ha-iange-ko” (não é meu não); “ka-chi-nene-ko” (ele não é grande) (Nascimento, 1894: 51).

Partindo das análises levantadas pelo linguista Meeussen (1967) sobre a forma negativa a partir dos pré-iniciais e pós-iniciais, Blois (1970) observou que a construção negativa com o Aumento demarca uma das características principais das línguas do grupo bantu, que é a dupla negação contrastiva. Uma na posição pré-inicial, associada à proposição principal ou independente, e outra, na posição pós-inicial, associada com dependentes ou pequenas estruturas, como os relativos, os subjuntivos e infinitivo (Blois, 1970). Em sua análise final, Blois (1970) conclui que, de fato, há línguas do grupo bantu que o pré-prefixo desempenha a função de um determinativo, mas em outras línguas, assim como observaram Bleek (1869) e Güthrie (1948), o pré-prefixo exerce a função de vocativo.

Destaco que a dupla negativa é uma característica imprescindível das línguas do grupo bantu, contudo pela estrutura e dinâmica da língua kikongo, em utilizar a pré e a pós-inicial para enfatizar a estrutura negativa, mesmo quando o emprego da pós-inicial é facultativo, a característica da dupla negativa sem descartar o Aumento encontra-se centralizada na língua kikongo. No Estado da Bahia, esta dupla negativa da língua kikongo pode ser percebida nas frases como: “Não vou comprar não”, “Não vão viajar não”, ou seja, é o emprego do “Não” no início e no final da frase. No entanto, estas explicações teóricas só ganharam sentido quando estava no campo da pesquisa, nas províncias de Mbanza Kongo e do Uige, conversando com os mais

velhos, ouvindo os tons baixos e altos de suas pronúncias e até mesmo o emprego do Aumento na língua kikongo.

A maneira de falar das pessoas destas duas províncias supracitadas, utilizando as vogais e- e o- como marcadores para nomear um interlocutor ao qual se está dirigindo a palavra, ainda que falando o português angolano, o tom empregado na fala tem a mesma sonoridade expressiva do falar da população do Recôncavo e do Baixo-Sul. Uma nítida herança das línguas dos povos Bantu-Kongo no Estado da Bahia.

A Bahia, nos primeiros séculos da colonização, foi o Estado brasileiro com a mais significativa presença dos povos de origem Bantu distribuído por todo o território. Chamados como Kongo e Angola, estavam divididos em três grupos: os Bakongo, oriundos do Reino Kongo e arredores; os Ambundu, oriundos do Reino N'gola; e os Ovimbundu, provenientes do Reino Mbayi Nlûndu (Castro, 2005; 2014; 2016); (Vansina, 2010); (Batsikama, 2011). Importante salientar que na Bahia além da presença dos povos de origem bantu no século XVI, destaca-se também a presença dos falantes das línguas da família *Kwa*²⁵ no século XVII.

O período de colonização no Brasil, entre os séculos XVI ao XIX, ficou marcado pelo sequestro de quatro a cinco milhões de africanos da África Subsaariana, falantes das línguas do grupo Bantu e da família *Kwa* (Castro, 2005; 2014; 2016). A família *Kwa* estava dividida entre os povos das línguas Yorubá e Ewe-fo. Os povos Yorubá eram oriundos de uma pequena porção do território do Império Oyo (atual Nigéria) e do Reino de Ketu (atual Benim), onde também eram conhecidos como povos nagôs; Os povos das línguas Ewe-fon eram oriundos do Reino de Gana (atual Gana), Reino de Abomé (atual Benim) e Togo. Nestes dois grupos tanto os falantes do yorubá quanto os ewe-fon, eram povos oriundos de um vasto território na costa oeste africana também chamada costa da mina. Por isso, no período do tráfico transatlântico para o Brasil, estes povos foram chamados como povos minas ou jejes (Castro, 2005; 2014; 2016); (Ryder, 2010); (M'bokolo, 2003).

É importante lembrar, como vimos no tópico sobre a divisão dos grandes troncos linguísticos africanos desenvolvido por Greenberg (2010), que tanto os falantes das línguas do grupo Bantu quanto os falantes da família *Kwa*, povos oeste-

²⁵ Termo que define a palavra “homem” (Castro, 2005).

africanos, tradicionalmente conhecidos como sudaneses, possuem uma origem comum que compreende o grande tronco linguístico Níger-Congo (Castro, 2005; 2014; 2016); (Vansina, 2010).

A presença dos povos bantu e yorubas na Bahia, já no século XVIII, começa a despertar a curiosidade e o interesse de muitos pesquisadores, a exemplo da obra “Os africanos no Brasil”, de Nina Rodrigues²⁶, que destacou a diversidade étnica dos africanos como aspecto relevante para as pesquisas sobre os negros no Brasil, em específico no campo religioso. Todavia, sua pesquisa apresentava teorias rácio-biológicas, baseadas em padrões científicos de classificação do psiquiatra Cesare Lombroso²⁷. Desta forma, seus estudos sobre os candomblés, apresentavam uma superioridade dos povos yorubás na Bahia, tanto numérica quanto cultural, minimizando a presença e as contribuições dos povos bantu (Castro, 2005); (Reginaldo, 2005). A ideia de supremacia dos yorubas difundida por Nina Rodrigues foi tão forte, que no Brasil, num determinado momento, o entendimento que se tinha era que o país estava dividido em duas áreas de influência africana: “[...] os sudaneses (leia-se iorubás) na Bahia, e bantos em outros Estados, como se, para os pesquisadores, essas duas áreas de influências estivessem em compartimentos limítrofes, mas estanques entre si” (Castro, 2005: 56).

Outros pesquisadores como Arthur Ramos²⁸, Edson Carneiro²⁹, bem como estudiosos internacionais, a exemplo de Pierre Verger³⁰, Roger Bastide³¹, Ruth Landes³², entre tantos outros e tantas outras, têm como base a presença dos yorubas na zona urbana e no candomblé da cidade de Salvador, onde houve a maior concentração já no último período da escravidão, enquanto que os povos de origem

²⁶ Médico Psiquiatra, natural do Estado do Maranhão. Conhecido por pesquisas sobre antropologia criminal e a formação racial da população brasileira.

²⁷ Psiquiatra forense do século XX. Seus estudos criminalistas eram baseados na teoria evolutiva e classificatória de Charles Darwin.

²⁸ Médico psiquiatra, natural do Estado de Alagoas, conhecido pela obra “O Negro Brasileiro”, publicado no Rio de Janeiro, em 1934.

²⁹ Historiador, natural do Estado da Bahia, conhecido pelas pesquisas desenvolvidas sobre a cultura popular brasileira.

³⁰ Antropólogo francês, iniciado no candomblé, viveu grande parte da sua vida em Salvador, pesquisando sobre as culturas afro-baiana e diaspóricas, bem como elementos religiosos do candomblé.

³¹ Sociólogo francês, iniciado no candomblé, estudou durante muitos anos as religiões afro-brasileiras.

³² Antropóloga norte-americana, conhecida por pesquisar sobre o poder das mulheres nos candomblés tradicionais da Bahia. Esta pesquisa foi publicada no ano de 1947, com o título: “The City of Women” (A Cidade das Mulheres).

bantu, naquela época, sua maior concentração estava no interior da Bahia, principalmente nos territórios de identidade do Recôncavo e Baixo Sul (Castro, 2005).

Destaco que o campo de delimitação da pesquisa de Nina Rodrigues foi a zona urbana de Salvador e quando cita a cidade da Bahia em seus estudos, Rodrigues está se referindo à capital e não ao Estado como um todo, o que gerou uma certa confusão para muitos pesquisadores e muitas pesquisadoras, tendo como consequência uma grande exaltação da cultura yorubá e a marginalização da cultura bantu. Enfim, penso que se Nina Rodrigues tivesse direcionado seus métodos de investigação para a análise linguística destes povos conseguiria perceber que a forte influência da tradição bantu apresenta características profundas em razão da sua antiguidade na Bahia (Castro, 2005; 2016).

Para desenvolver a análise sobre as marcas do Aumento na interlocução dos falantes do Recôncavo e Baixo-Sul do Estado da Bahia, tive como base os estudos realizados pela professora Yeda Pessoa de Castro (2005; 2014; 2016), sobre as marcas das línguas Bantu-Kongo falado no português do Brasil, bem como, busquei suporte nas pesquisas desenvolvidas pelos professores Dante Lucchesi e Alan Baxter (2009) sobre o português afro-brasileiro falado em quatro comunidades quilombolas distribuídas em diferentes territórios de identidade do Estado da Bahia, a exemplo do Kilombo de “Helvécia, no Município de Nova Viçosa; Cinzento, no Município de Planalto; as comunidades geminadas de Barra e Bananal, no Município de Rio de Contas; e Sapé, no Município de Valença” (Lucchesi; Baxter, 2009: 84).

Castro (2005; 2014; 2016), tendo como base as línguas negro-africanas, no primeiro momento de sua pesquisa realizou um levantamento das linguagens cultuais utilizadas dentro dos terreiros, as quais a pesquisadora vai denominar como “linguagens de santo”, que são utilizadas nos cultos religiosos de matriz africana no Brasil. A autora destaca que destas “linguagens de santo” não se trata de uma competência linguística, até porque as línguas yorubá ou as línguas bantu não são mais faladas no Brasil como língua plena, como língua franca, mas por permanecer o sistema lexical destas línguas africanas no português do Brasil, trata-se, portanto, de uma competência simbólica, representada nas saudações aos orixás, nos cultos secretos. Esta investigação possibilitou à linguista desconstruir a ideia de que na

Bahia só existia o culto e linguagem religiosa de matriz yorubá, podendo, então, compreender a matriz da nação bantu-jeje (Castro, 2005).

No segundo momento de sua pesquisa, a professora Yeda Pessoa de Castro investiga os povos jejes e a estrutura da língua bantu dos povos Kongo-Angola. Destaca um extenso vocabulário com evidências linguísticas bantu observadas em diferentes níveis socioculturais de linguagem dos falares da Bahia; explica sobre a estrutura morfofonológica bantu, enfatizando por serem línguas tonais; ressalta a presença das vogais e sua função na diferenciação das palavras em tons altos e baixos; explica sobre o emprego de vogais na pronúncia de palavras que possuem encontro consonantal como: “pineu”, “ritimo”, “adivogado”. Destaca também a dupla negativa nas frases; e o emprego das palavras no plural, seguindo a estrutura prefixal da 1ª e 2ª classe das línguas bantu, distinguindo somente o plural dos substantivos somente pelos artigos (Castro, 2005; 2016).

Castro (2005) nos mostra que mesmo se tratando de uma estrutura linguística diferente, as palavras de origem bantu foram todas adaptadas à estrutura da língua portuguesa e isto aconteceu porque existe uma semelhança entre a estrutura do português arcaico com a estrutura da língua bantu. Portanto, o português falado no Brasil é um português que se mostra africanizado (Castro, 2005; 2014; 2016). Percebemos este português africanizado na medida em que a maioria dos seus falantes não teve acesso à escola, bem como encontramos este português africanizado nos espaços de grandes concentrações da população negra, especialmente nas comunidades-terreiro e comunidades Kilombolas (Castro, 2005; 2014; 2016).

Quanto à pesquisa desenvolvida pelos professores Dante Lucchesi e Alan Baxter (2009) sobre o português afro-brasileiro, a partir de um cuidadoso estudo sociolinguístico realizado em comunidades kilombolas, os dois autores, com o apoio do antropólogo Marcos Luciano Lopes Messeder, elencam diversos elementos de influência das línguas negro-africanas relacionados à concordância nominal e verbal junto à 1ª pessoa do singular e estruturas de negação dupla. (Lucchesi; Baxter, 2009); (Lucchesi, 2006).

Observamos que as pesquisas de Castro (2005; 2014; 2016) e de Lucchesi e Baxter (2009) apresentam aspectos comuns como a questão da concordância verbal e nominal, o emprego das palavras no plural, seguindo a estrutura prefixal da 1ª e 2ª classe das línguas bantu, destacam a pronúncia de algumas palavras, bem como a

tendência dos falantes omitirem as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais e, por último, a dupla negativa. Aspectos importantes que caracterizam a influência das línguas do grupo bantu. Na fala da população do Recôncavo e Baixo-Sul da Bahia é marcante a dupla negativa: “**Não** vou **não**”. Que em Kikongo seria: “Kikwenda Ko” = Ka – ji – ku – **end** – a ko

↓ ↓ ↓ ↓ ↓ ↓
 Neg¹ As P₁₅ Rdv Vf Neg²

A dupla negativa além de ser uma característica das línguas bantu, como já expliquei anteriormente, é uma marca da existência do Aumento. A vogal e-, na frase acima, em negrito, representa um Aumento. O Aumento, por sua vez, pode vir no início da frase e no meio da frase quando esta for negativa.

Na língua Kikongo o Aumento se mantém independentemente do tipo de frase. Na língua Kimbundu, em frases negativas, o Aumento é descartado. Já na língua Umbundu as vogais são empregadas como determinativo. Castro (2005) cita o Aumento na língua Umbundu, explicando sua existência, ainda hoje, nos vocábulos que podem ser encontrados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A autora diz que:

Uma de suas características é a presença, diante dos prefixos classificatórios, exceto na classe 5, de um antigo demonstrativo “o-”, que os bantuístas chamam de “aumento”, como no próprio etnônimo Ovimbundo. No Brasil, esse tipo de “aumento” sobrevive nos vocábulos recolhidos em Minas Gerais, Rio de Janeiro e em São Paulo, ao contrário do que verificamos na Bahia (cf. *ongombe* e *onjira x ingombe e jira*), o que deixa entrever a relativamente maior importância da presença ovimbundo naquelas regiões. Sua introdução, em contingentes mais significativos, a partir do porto de Benguela, no século XVIII, foi dirigida, sobretudo, para os garimpos de Minas Gerais (Castro, 2005: 36).

Como vimos nas explicações sobre a função e emprego do “Aumento”, na língua umbundu as vogais são empregadas como artigo ou como qualquer outro determinativo, dependendo do contexto. Exemplo: “O-ngombe i-li-pi?” (O boi está onde?); “O-njila, u-a-i-landa hena, i-afa” (O pássaro, que tu compraste ontem, morreu). Nas traduções dos exemplos podemos perceber a função que cada vogal está exercendo. Podemos constatar, a partir da citação de Castro (2005), que o “Aumento”

em outros Estados brasileiros permaneceu em alguns vocábulos, exercendo a função de artigo. Na Bahia, especificamente nos territórios de identidade do Recôncavo e do Baixo-Sul, o Aumento se desprendeu dos vocábulos e assumiu a função de vocativo, e a harmonia nasal demarca esta presença. Exemplos³³:

Ô moço, quanto custa o molho de cumento (coentro)?

Ô mainha, eu tô com fome!

Ê Tata, hoje tem maionga³⁴.

Ê painho, vixe!

Ainda que o vocativo presente nos exemplos seja retirado do contexto da escrita, o sintagma nominal se mantém. Na língua kikongo acontece o mesmo com o Aumento, que estando ou não estando na frase, não altera o sentido da oração.

O tom melódico pronunciado nos exemplos acima, alguns estudiosos simplificariam chamando de regionalismo, todavia tanto a dupla negativa quanto o Aumento como vocativo representam a resistência dos povos Kongo-Ngola nos territórios de identidade do Recôncavo e Baixo-Sul da Bahia. Não podemos esquecer que “[...] a língua é o lugar de cristalização de todos os instrumentos mentais ou materiais construídos pelas gerações sucessivas, pode-se dizer que a experiência histórica de um povo está depositada em camadas consecutivas no próprio tecido da língua” (Diagne, 2010: 267). Por isso, ênfase sobre estes dois territórios de identidade porque a população utiliza as vogais “o-” e “e-” como marcadores para nomear um interlocutor ao qual se está dirigindo a palavra. Assim, arrisco dizer que a vogal “e-”, que é empregada na província do Uige, se estabeleceu no Baixo Sul; e a vogal “o-”, que empregada na província do Zaire, se estabeleceu no Recôncavo baiano.

Mas, o que garante, de fato, que a função do Aumento seja de origem bantu e não de origem das línguas yorubá ou ewe-fon, já que exercem também influência nas marcas lexicais do português? 1. Os povos bantu, como já vimos logo no início, foram

³³ Frases construídas a partir das falas cotidianas utilizadas pela população dos territórios de identidade do Recôncavo e Baixo-sul da Bahia.

³⁴ Proveniente da palavra “iunga” (maiunga) (“ma” (plural) + iunga = banhos). Um termo de origem Kimbundu falado nas Comunidades-Terreiro de nação Bantu-Angola para denominar o banho sagrado preparado com folhas para a limpeza e purificação.

trazidos para a Bahia no século XVI. Os povos da família Kwa, no século XVII; 2. As investigações realizadas pelos linguistas Bleek (1869), Güthrie (1948), Meinhof (1932), Meeussen (1967), Greenberg (1967), depois retomadas por Blois (1970), informam que o Aumento é uma característica das línguas do grupo Bantu; 3. Ainda no continente africano, durante as sucessivas expansões, observamos que os povos bantu conseguem influenciar ou muitas vezes se impor às populações dominadas, ou mesmo retirá-las de determinados territórios (Vansina, 2010), e este processo não seria diferente em território baiano, o que nos leva a pensar também sobre esta imposição em relação às línguas das etnias indígenas que já se encontravam aqui.

Com estes três aspectos elencados acima posso afirmar que o Aumento é uma marca de resistência Bantu na comunicação dos falantes dos territórios de identidade do Recôncavo e Baixo Sul da Bahia. E é uma resistência dos *Bakongo*, falantes do kikongo. Afirmando que a influência é Kikongo, tomando como base as diversas expansões do povo bantu, em que ocorreu uma forma de explosão de línguas derivadas de um núcleo secundário antigo já existente no território das línguas kikongo (Vansina, 2010). Se observarmos a fundo, as línguas em Angola nascem deste núcleo secundário antigo da língua kikongo, com um “[...] denominador comum, que é a estrutura linguística baseada em classes nominais, tendo sempre os índices dessas classes uma expressão fonética similar fundada num sistema verbal único”(Olderogge, 2010: 316).

Na Bahia, as influências da língua Kikongo, Kimbundu e Umbundu, se confundem por causa destas proximidades da língua. Muitas vezes o que acreditamos ser característica das influências de origem dos Ambundu, pode ser de origem Bakongo, que no decorrer destas expansões ainda em solo africano, foram sendo incorporado às culturas Ambundu e Ovimbundu. Um exemplo destas influências está nas palavras “ongombe” e “onjira”, retiradas da citação de Castro (2005). “Ongombe” significa “boi/vaca”, tanto na língua Kikongo quanto nas línguas Kimbundu e Umbundu; “onjira”, significa “pássaro” nas línguas kimbundu e umbundu. Em Angola, esta questão é pensada a partir das fronteiras linguísticas. Na Bahia, este entrelaçamento entre as diversas culturas africanas, foi uma estratégia de resistência e (re)existência contra a cruel colonização.

2. POR UMA FORMAÇÃO DOCENTE DECOLONIAL

O pensamento decolonial, perspectiva teórica que nasce como reação às violências geradas pelo processo de colonização, vem ganhando espaço e visibilidade nas discussões acadêmicas e nos movimentos sociais da América Latina. Uma perspectiva que questiona as relações de poder recorrentes da hegemonia cultural da matriz dominante, branca, heterossexual, cristã e nortecêntrica, evidenciadas a partir das contribuições teórico-filosóficas de um coletivo de pesquisadores e pesquisadoras ativistas conhecidos/as também como Grupo Modernidade/Colonialidade.

O período histórico o qual conhecemos como modernidade ocidental, ao colocar a Europa como centro do mundo, com seu projeto brutal de “civilização”, criou marcadores de civilização com ideias a partir da concepção de raça, língua, religião, costumes, gênero, entre outros, que legitimaram/legitimam outros povos como atrasados, primitivos, estranhos, selvagens e exóticos (Maldonado-Torres, 2019). Estes marcadores estabelecem e mantêm a estrutura da matriz colonial, tendo como principais fundamentos as formas racializadas das relações de produção que operam em três níveis: “no epistemológico, no ontológico e no ético” (Jahn, 2000 *apud* Maldonado-Torres, 2019: 32). Estes três níveis definem as bases da Colonialidade do saber, do poder e do ser no mundo moderno (Quijano, 1993).

Sob a perspectiva da colonialidade do saber e poder no continente africano, a história e a língua demarcam lugares, selecionam valores, inferiorizam e marginalizam civilizações, legitimam ideologias e a supremacia racial branca. Não é à toa que em muitos países africanos, colonizados pelos europeus, a população foi proibida de falar suas línguas maternas. No caso específico dos países africanos colonizados pelos portugueses, além da imposição de não falar as línguas maternas, muitas palavras de origem bantu foram sofrendo modificações depois do contato com a língua portuguesa, a exemplo da própria palavra *bantu* que, antes terminada com “u”, passa a ser escrita com “o” (banto) (Castro, 2014), assim como outras tantas palavras de origem africana.

A colonialidade é perversa e é permeada por relações de controle e de poder em diferentes esferas sociais, políticas, religiosas, inclusive educacionais. Na esfera educacional, que é o foco principal deste subtópico por pensar sobre a importância de uma formação docente para o ensino da Língua portuguesa, a colonialidade sobrevive

e se mantém através do controle do saber. Há um controle do que pode ou não pode ser ensinado, de como deve ser ensinado e o currículo oficial de ensino, artefato sócio-cultural de poder, serve como principal instrumento de regulação e manutenção dos saberes, dos corpos, das histórias, dos fazeres e dos dizeres. A colonialidade do poder, do saber e do ser tem sobrevivido e tomado novas formas nas sociedades pós-modernas e desconstruir o pensamento colonial é, ainda hoje, um imenso desafio. Desta maneira, a discussão sobre a colonialidade para refletir sobre os espaços educacionais é central para conseguirmos compreender a permanência das relações coloniais e seu prolongamento como armadilhas nos currículos, nas formações docentes, nos materiais didático-pedagógicos quando, por exemplo, são excluídas, silenciadas ou apagadas as histórias de luta e resistência, a religião, as artes, a ancestralidade dos povos africanos e dos africanos da diáspora do contexto de formação da cultura do Brasil.

O princípio para a constituição do pensamento decolonial requer uma nova forma de educação dos povos e, para isso, é preciso que haja um ensino crítico. Uma pedagogia transgressora, que rompa com os modelos culturais hegemônicos, que questione a história unívoca e que estimule a educação como prática da liberdade (Freire, 1967; Hooks, 2013). É importante compreender que a escola é um espaço-tempo que reuni indivíduos oriundos de vários espaços geográficos com distintas culturas. Um espaço diverso de pertencimento racial e religiosidades, de orientação sexual, especialmente de variação linguística. Sendo necessário analisar que tanto a identidade quanto a diferença precisam ser levadas em conta pelo/a professor/a de Língua Portuguesa em sua prática didático-pedagógica (Miranda, 2017).

Reconhecer que aspectos culturais e individuais, pensados de um modo mais amplo, conformem identidades particulares não é o suficiente. É imprescindível compreender que cada indivíduo performatiza identidades distintas (Hall, 2016) e que as aulas de Língua Portuguesa têm uma importante função no processo de autoidentificação e no empoderamento tanto das/os professoras/es negros/as quanto das/os alunas/os negros/as. Por isso, (inter)conectar as aulas de Língua Portuguesa ao debate decolonial é uma forma de considerar que o espaço-tempo de aprendizagens e de construção identitária passa pela compreensão dos fundamentos epistemológicos da sociedade moderna e pelo reconhecimento da existência de outras formas de ser, estar, perceber, ver e habitar o mundo.

Uma formação docente a partir dos estudos decoloniais ao compreender a língua portuguesa como pluricêntrica e pluricultural, além de favorecer práticas pedagógicas inclusivas e atentas à diversidade, desconstruindo os preconceitos que por ventura possam surgir no contexto da sala de aula, possibilita o entendimento sobre as relações de poder, que são desiguais e que forjam identidades subalternizadas, baseadas nas noções de raça, nacionalidade, gênero, classe, que desvaloriza os diversos modos de linguagem. Dessa maneira, a perspectiva decolonial é uma forma de compreender e atuar no mundo, caracterizando-se como opção teórica, epistêmica e política na busca em (re)pensar a colonialidade do poder, do saber e do ser que silenciou/silencia outros saberes, privilegiando e reproduzindo epistemologias dominantes através do genocídio/epistemicídio/ecogenoetnocídio da população negra (Grosfoguel, 2016; Carneiro, 2005; Arboleda Quiñonez, 2018).

Não podemos esquecer que o privilégio epistêmico favorece os projetos neocoloniais-imperialistas, deliberando o que é verdade, quais saberes devem conter na Base Curricular, assim como quais os códigos da língua podemos ter acesso, estando na base da produção de estruturas e instituições que geram o racismo epistêmico. Assim, decolonizar é ter acesso a outras versões da história, dialogar com as cosmopercepções (Oyěwùmí, 2002) dos povos de ascendência africana, reestabelecendo a geopolítica do conhecimento, integrando ontologias e epistemologias e a valorização das distintas culturas e suas linguagens. Uma forma de sentirpensar (Walsh, 2009) e (re)conhecer que há outros mundos no mundo (Grosfoguel, 2009; 2016).

CONCLUSÃO

As questões aqui colocadas são de extrema urgência para pensar o espaço conferido às línguas africanas nos discursos coloniais e modernistas brasileiros, a importância de uma Formação Docente crítica, como também a produção de materiais didático-pedagógicos de Língua Portuguesa que valorize as diferentes culturas, línguas, saberes. Não podemos esquecer que no contexto modernista, os significados atribuídos às africanidades linguísticas estiveram atreladas às ideias de regionalismo.

Falar da ancestralidade Kongo-Angola nos territórios do Recôncavo e Baixo-sul da Bahia, principalmente ao apresentar as marcas lexicais da língua kikongo no português, é uma forma de inserir os/as jovens kilombolas no processo de ensino-aprendizagem, de valorizar sua origem e suas cosmopercepções. Além disso, o texto também discorre sobre uma tomada de consciência sócio-histórica e política sobre a Língua do grupo bantu e sua herança na Bahia, de maneira a evidenciar como a relação entre língua e raça se interligam.

Por fim, enfatizo que é preciso desenvolver uma pedagogia crítica com ações transgressoras, através de políticas de promoção do português que privilegie a diversidade pluricultural da Bahia para transformar o contexto sociopolítico educacional, capaz de eliminar as perseguições, preconceitos e qualquer forma de discriminação enfrentadas pelos/as jovens negros/as kilombolas e não-kilombolas.

REFERÊNCIAS

- ARBOLEDA QUIÑONEZ, Santiago. Defensa Ambiental, Derechos Humanos y ecogenoetnocidio afrocolombiano. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 13, n. 1, p. 10- 27, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/13480>> Acesso em 20 de junho de 2021.
- BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert. (Orgs.). *Ferdinand de Saussure (1857-1913): Curso de Linguística Geral*. Tradução Antônio Chelini e et all. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BATSÍKAMA, Patrício. *O Reino do Kongo e sua Origem Meridional*. Luanda: Universidade Editora, 2011.
- BLOIS, Kornelis Frans de. The augment in the Bantu languages. In: *Africana linguística IV*, Tervuren. p. 85-165. 1970. <<https://doi.org/10.3406/aflin.1970.879>> https://www.persee.fr/doc/aflin_2033-8732_1970_num_4_1_879> Acesso em: 20 de junho de 2021.
- BOSTEN, Koen & BASTIN, Yvonne. Bantu Lexical Reconstruction. In: *Oxford Handbooks Online*. p. 1-31, 2016. <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935345.001.0001/oxfordhb-9780199935345-e-36>> Acesso em 10 de março de 2021.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. 2005. 339f. Tese (Doutora em Educação junto à Área Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 2005.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africania no português do Brasil: o legado negroafricano nas américas. *Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura*. São Cristóvão: UFS, v. 24, p. 11-24, 2016.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares africanos na Bahia: um vocabulário Afro-brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Um panorama das línguas faladas na África. In: GONÇALVES, Jonuel. (Org.). *África no Mundo Contemporâneo: estruturas e relações*. Luanda: Editora Garamond, 2014.

DIAGNE, P. História e Linguística – Parte I. In: KI-ZERBO, J. (Org.). *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

DIARRA, Boubacar. *Gramática em Kikongo*. Luanda-Angola: Secretaria de Estado da Cultura e Instituto de Línguas Nacionais. (Projecto ANG 88/006 – “Desenvolvimento das Línguas Nacionais na R. P. A”, 1990.

FANON, Frantz. *Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos*. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. *Em Defesa da Revolução Africana*. Tradução Isabel Pascoal. Lisboa: Sá Da Costa Editora, 1980.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Brasileiras, 1968.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, João & NTONDO, Zavoni. *Angola: Povos e Línguas*. (Coleção Ensaio/Língua e Cultura) – Editorial Nzila: Luanda, 2002.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. De Angola à Nilo Peçanha: *Traços da Trajetória Histórica e da Resistência Cultural dos Povos Kongo/Angola na Região do Baixo Sul*. 2020. 260f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. *MBAÉTARACA: uma experiência de educação de jovens quilombolas no município de Nilo Peçanha/BA*. 2013. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CAMPUS I, Salvador, 2013.

FERNANDO, Mbiavanga. *AN ANALYSIS OF VERBAL AFFIXES IN KIKONGO WITH SPECIAL REFERENCE TO FORM AND FUNCTION*. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Linguística Africana) – Universidade de África do Sul – UNISA, África do Sul, 2008.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GREENBERG, J. H. Classificação das línguas da África. In: KI -ZERBO, Joseph. *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2 Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan/abril, 2016. <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025> Acesso em 20 de junho de 2021.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Tradução Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da Liberdade*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IILP. Sociedade civil discute Plano de Ação de Brasília. *Blogue do IILP*. 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf. Acesso em 20 de junho de 2021.

INL – Instituto Nacional de Línguas/Departamento de Investigação Científica Aplicada. *Histórico sobre a criação dos alfabetos em Línguas Nacionais*. Lisboa: EDIÇÕES 70, LTDA, 1977.

KYALA, Miguel Barroso (BWA TELAMA). *Longoka Kikongo*. Luanda: Mayamba Editora, 2013.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros Sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 83-112, dez, 2006.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português Afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

M' BOKOLO, Elikia. *África Negra*. História e Civilizações, Tomo I (até o Século XVIII). Lisboa: Vulgata, 2003.

MAHO, Jouni Filip. *Electronic Bibliography for African Languages and Linguistics*. User Guide to EBALL, 2010. <https://moam.info/user-guide-to-eball-gotoglobalnetnet_5a3735ce1723dd477cff72a1.html>. Acesso em 20 de junho de 2021.

MAHO, Jouni Filip. *NUGL Online The online version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages*, 2009. <https://brill.com/fileasset/downloads_products/35125_Bantu-New-updated-Guthrie-List.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2021.

MAIA, António da Silva. *Dicionário Complementar Português-Kimbundu-Kikongo: línguas nativas do Centro e Norte de Angola*. 3 Ed. Luanda: Editorial Nzila, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da descolonialidade: algumas dimensões básicas. BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. (Coleção Cultura Negra e Identidade). 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MEEUSSEN, Achille Emile. Bantu gramatical reconstructions. In: *Africana Linguistica* 3, 1967. p. 79-121. <https://www.persee.fr/doc/aflin_2033-8732_1967_num_3_1_873> Acesso em 20 de junho de 2021.

MINGAS, Amélia A. *Interferência do Kimbundo no português falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2007.

MIRANDA, Claudia. Clandestinización y re-existencia diaspórica: horizontes expedicionários e insurgencia en afroamérica. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre e BIDASECA, Karina Andrea (et al.). *Más allá del decenio de los pueblos afrodescendientes*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

NASCIMENTO, José Pereira. *Grámatica do Umbundu: A língua de Benguela*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

NGUNGA, Armindo; SIMBINE, Madalena Citia. *Gramática descritiva da Língua Changana*. Maputo: CIEDIMA, SARL - Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane - Coleção: As nossas Línguas - V Centro de Estudos Africanos (CEA/EU), 2012.

NOTEN, F. Van (colaboração de D. Cohen e P. de Maret). A África Central. In: MOKHTAR, Gamal. *História Geral da África, II: África antiga*. 2 Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

OLDEROGGE, D. Migrações e diferenciações étnicas e linguísticas. In: KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África volume I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. O Sistema de Normas e a evolução demolinguística da Língua Portuguesa. In: ORTIZ, Maria Luisa Álvarez e Gonçalves, Luis (Orgs.). *O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes, 2016.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. Visualizing the Body: Western Teories and African Subjects. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (Eds). *The African Philosophy Reader*. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. New York: Routledge, p. 391-415, 2002.

PASQUALE, Cipro Neto; INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2008.

POSNANSKY, M. As sociedades da África subsaariana na Idade do Ferro Antiga. In: MOKHTAR, Gamal. *História geral da África, II: África antiga*. 2.ed. Brasília : UNESCO, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista*. 2005. 243f. Tese (Doutorado em História) UNICAMP. Campinas, SP, 2005.

RYDER, Allan Frederick Charles. Do rio Volta aos Camarões. IN: NIANE, Djibril Tamsir. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (De)Coloniales de Nuestra Época*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I – Serie Pensamento Decolonial. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo II – Serie Pensamento Decolonial. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

Recebido no dia 05 de julho de 2021.

Artigo aceito para publicação no dia 31 de agosto de 2021.